



---

## A DEFESA NACIONAL

---

# Amazônia — um Desafio a Vencer

Osmar José de Barros Ribeiro\*

*Trata-se de mais uma abordagem sobre um tema cuja atualidade e importância não se esgotam.*

**C**om ou sem conhecimento de causa, muito tem sido escrito e falado sobre a Amazônia. Em verdade, a vastidão da área somente é igualada ao desconhecimento sobre ela por parte dos brasileiros dos demais quadrantes que, juntamente com os irmãos que nela vivem, cumpre trabalhar no sentido de desenvolvê-la, transformando em Poder o que ainda hoje é Potencial. E o tempo para fazê-lo torna-se mais curto a cada dia que passa, principalmente face à cobiça internacional que mal consegue disfarçar seu interesse por uma área vasta, tão rica e tão despovoada.

### BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Abrangendo os Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia, a Região Norte representa 70% da Amazônia Global e 40% do território nacional, abrigando 16 milhões de habitantes, ou 11% da população nacional. Este efetivo, rarefeito e desigualmente distribuído, concentra-se cada vez mais nas cidades ribeirinhas, configurando-a, no dizer da professora Therezinha de Castro, como geopoliticamente neutra, marginalizada e subdesenvolvida.

A região Norte é caracterizada pela Planície Amazônica, vasta bacia sedimentar entre o Planalto das Guianas, ao norte, o Planalto Brasileiro, ao sul, a Cordilheira dos Andes, a oeste, e o Oceano Atlântico, a

---

\* Tenente-Coronel do Exército

---

nordeste. Sua porção menor e mais acidentada fica ao norte do Rio Solimões-Amazonas. Ao sul deste, o relevo é mais suave e menos acidentado.

A Planície Amazônica pode ser dividida em três partes: as "várzeas", situadas ao longo dos rios e que permanecem inundadas boa parte do ano; "tesos", terraços mais altos apenas inundáveis nas cheias, e "firmes", terrenos mais elevados, fora do alcance das águas.

O clima da Região Norte é o equatorial, com chuvas abundantes e bem distribuídas. A vegetação, muito embora dominada pela floresta, apresenta vastas extensões de cerrados e campinas, notadamente no Amapá e em Roraima.

Com uma área de quase quatro milhões de quilômetros quadrados, a Bacia Amazônica representa a maior superfície drenada do mundo. Além disso, como o seu eixo principal corre quase paralelo ao equador terrestre, recebe afluentes dos dois hemisférios, o que mantém praticamente constante sua vazão, visto haver uma compensação entre o volume de água carregado pelos mesmos. Conformando uma via permanente de navegação da ordem de 19 mil quilômetros, a Bacia Amazônica possui, segundo dados do IBGE, um potencial hidrelétrico de 36.163 MW/ano.

## UM POUCO DE HISTÓRIA

O ano de 1616, com a construção do Forte do Presépio, origem da cidade de Belém, marca o início da ocupação da foz do Rio Amazonas significando, ao mesmo tempo, a criação de uma base de apoio permanente aos reconhecimentos feitos rio acima, desde o século anterior.

Em 1637, unidos os reinos de Portugal e Espanha, era criada a Capitania do Cabo Norte e a busca do interior, feita sem obstáculos legais, terminou por tornar nulo, de fato e de direito, o Tratado de Tordesilhas. Assim, entre os séculos XVII e XIX, em meio a sacrifícios e dificuldades de toda ordem, cerca de 37 fortificações foram erguidas na região, dando origem, entre outras, às cidades de Macapá, Óbidos, Santarém e Manaus. Cumpria aos fortes, fortins e baterias construídos na foz do Rio Amazonas, defendê-las das incursões inglesas, francesas e holandesas; aos demais, erguidos no interior, ao longo dos rios, cabia barrar as vias de acesso que demandavam, das terras dominadas pelos espanhóis, o território conquistado por Portugal. As dificuldades encontradas para a ocupação da área podem ser balisadas pelos anos em que foram construídas, naqueles tempos remotos, algumas das fortificações que marcaram nossas fronteiras na região Norte: 1616 — Forte do Presépio, origem da cidade de Belém; 1623 — Forte de Santo Antônio do Gurupá, na confluência dos Rios Jari e Amazonas; 1660 — Forte de São José do Rio Negro, origem da cidade de Manaus; 1768 — Forte de São José de Marabitanas, no Rio Negro, próximo à fronteira com a Venezuela; 1771 — Forte de São José de Macapá, origem da cidade de Macapá; 1775 — Fortes de São Joaquim, na confluência dos Rios Cotingo e Tacutu; 1776 — Forte de Tabatinga, no Rio Solimões e Forte Príncipe da Beira, no Rio Guaporé.

O Quadro 1, extraído do livro *Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil* (Biblioteca do Exército, 1990) cujo autor é o renomado geopolítico General Carlos de Meira Mattos, proporciona uma visão bem mais completa e abrangente do anteriormente afirmado.

No Amapá, só em 1900 cessaram os atritos com os franceses.

## AS FORTIFICAÇÕES HISTÓRICAS DA AMAZÔNIA (SÉCULOS XVII, XVIII E XIX)



Área de Localização dos Fortes de Belém e Vila Rica  
(ver na legenda)

- |   |   |   |
|---|---|---|
| 1 - Fortes de Orange e Nassau                           | 13 - Forte de Santo Antonio de Macapá (Macapá)      | 26 - Forte de Nossa Senhora da Conceição        |
| 2 - Forte de Maricó                                     | 14 - Forte do Rio Barroque                          | 27 - Reduto de São José (Belém)                 |
| 3 - Fortes de Cuma e Castê                              | 15 - Fortaleza de Santarém ou dos Tapajós           | 28 - Bateria da Via-de-Caris (Belém)            |
| 4 - Forte de Presépio ou do Castelo (Belém)             | 16 - Forte de Obidos ou de Pauca                    | 29 - Forte do Principe da Beira                 |
| 5 - Fortaleza de Santo Antonio de Gurupá (Gurupá)       | 17 - Forte do Paru (Armetim)                        | 30 - Forte do Cabo Norte                        |
| 6 - Fortes de Munib, Mandubaba, Torrego e Felipe        | 18 - Fortim e Bateria de Iha dos Periquitos (Belém) | 31 - Forte de São Joaquim                       |
| 7 - Forte de Cumaú                                      | 19 - Casa Forte do Guama (Ourem)                    | 32 - Forte de Nossa Senhora da Nazaré (Tucuruí) |
| 8 - Fortes do Destino e do Toaré                        | 20 - Vigia Cumaú                                    | 33 - Fortes do Cabo Norte                       |
| 9 - Fozedo Araguaia                                     | 21 - Forte de São Gabriel (Uaupés)                  | 34 - Batalha de Santo Antonio (Belém)           |
| 10 - Forte de S. Pedro Nolasco (Belém)                  | 22 - Forte de São Joaquim (Rio Negro)               | 35 - Forte da Iha dos Periquitos (Belém)        |
| 11 - Fortaleza de S. José da Barra do Rio Negro (Marau) | 23 - Forte de Cucui (Marabitanas)                   | 36 - Forte da Cachoeira de Itaboca              |
| 12 - Fortaleza da Barra (Belém)                         | 24 - Fortaleza de Macapá                            | 37 - Vigia da Iha de Bragança                   |
|   | 25 - Fortaleza de Tabatinga                         |   |

### QUADRO 1

No Pará, assim como no Amazonas, a luta contra os invasores só terminou no século XVIII.

Em Roraima, também palco de disputas fronteiriças, os primeiros povoados somente puderam ser assentados após a derrota e expulsão dos grupos indígenas que se opunham à colonização.

No Acre, a situação complicou-se bastante e uma solução só foi encontrada no ano de 1903.

Quanto ao atual Estado de Rondônia, até o século XVII, praticamente, apenas existiam ali missões religiosas e guarnições militares. No século XVIII, a descoberta de ouro na região de Cuiabá e o Ciclo da Borracha, ao

final do século XIX, levaram para a área bom número de migrantes.

As Colônias Militares não podem deixar de ser citadas, sendo de assinalar que a sua instalação em áreas fronteiriças ou afastadas dos centros maiores objetivava, antes de mais nada, o apoio às ações de povoamento de uma determinada região. Das 10 colônias mandadas instalar, no tempo do Império, duas apenas foram na região Norte: a Colônia Militar D. Pedro II, às margens do Rio Araguari, no Amapá (1840), e a Colônia Militar de Óbidos, no Pará (1854). Já em nossos dias, face à crescente ameaça de desnacionalização entre os brasileiros na área fronteira à Guiana Francesa, foi criada a Colônia Militar do Oiapoque em 1964, e em 1967, buscando a efetiva ocupação da fronteira Brasil-Peru-Colômbia, foi criada a Colônia Militar de Tabatinga, no local onde, no passado, se erguera o forte de mesmo nome.

## OS CONFLITOS NA FRONTEIRA NORTE

Em 1822, encerrado o Período Colonial, o Império passou a possuir um vasto território. Não obstante, a demarcação das suas fronteiras na área em estudo ainda estava por ser feita e a sua fixação definitiva, na dependência de negociações com os países e colônias vizinhos.

À época, não existiam problemas de fronteira com a Guiana Francesa posto que, desde o Tratado de Utrecht (1713), ficara definida como tal o Rio Oiapoque. Contudo, em 1836, as dificuldades do Governo na repressão à Cabana-

gem, levaram os franceses a tentar alargar os seus domínios. Para tanto, instalaram um posto militar ao sul do Rio Oiapoque, às margens do lago Amapá. No ano de 1840, a mediação inglesa levou-os a deixar o local e, no mesmo ano, o Governo imperial criava a Colônia Militar anteriormente referida. Prosseguiram as negociações quando, em 1894, ocorreu a descoberta de ouro no Rio Calçoene, atraindo aventureiros de todos os lugares, além de criar na área um clima de completa anarquia. Os brasileiros trataram de constituir um governo local para cuidar dos seus direitos e interesses, o mesmo fazendo os franceses. O conflito tornou-se inevitável e o governador da Guiana enviou uma força armada ao local. No choque havido o comandante francês foi morto, levando seus comandados a exercerem violentas represálias sobre a população. A repercussão foi grande, tanto no Brasil quanto na França e ambos os Governos acordaram em submeter o assunto à arbitragem, a qual, em 1900, deu-nos ganho de causa, impedindo o acesso francês ao Rio Amazonas, conforme mostrado no Quadro 2.



QUADRO 2

Corria o ano de 1775 quando, para fazer face aos holandeses que se haviam estabelecido no Alto Essequibo, foi criada a Capitania do Rio Negro e fundado o Forte de São Joaquim, sendo lançado um posto avançado às margens do Rio Pirara, afluente do Maú. Os holandeses, então senhores da Guiana, não apresentaram qualquer protesto reconhecendo, implicitamente, a expansão portuguesa. No ano de 1803, em consequência da guerra na Europa, os ingleses conquistaram a Guiana e, em 1814, a incorporaram de forma definitiva aos seus domínios. Nos anos de 1835 e 1836, em viagem científica ao interior da nova possessão inglesa, o explorador Schomburg reconheceu que a divisória entre os domínios de Portugal e Inglaterra fora, até então, formada pela linha balisada pela Serra Paracaima-Monte Annay-Alto Rupununi. Retornando à área no ano de 1838, o mesmo inglês encontrou, abandonados, tanto o Posto do Pirara quanto o Forte de São Joaquim, por motivo de as suas guarnições haverem sido deslocadas para o sul, a fim de combater a Cabanada. Tomando posse da área, o inglês logo tratou de instalar ali uma missão religiosa. Em 1840, os brasileiros retornaram, reocuparam as fortificações e fizeram com que os religiosos ingleses se retirassem. Logo se estabeleceu a possibilidade de um conflito armado e, para evitá-lo, as autoridades brasileiras propuseram a neutralização da área,

enquanto era buscado um acordo entre as partes. Em 1843, a proposta brasileira que propunha, como fronteira, o divisor de águas entre os Rios Branco e Essequibo, foi recusada pela Inglaterra, que não abria mão de um dos formadores do Rio Branco. Submetida a questão ao arbitramento do Rei da Itália, no ano de 1901, em 1904 era dada uma solução que mais se aproximava da proposta inglesa, conforme mostrado no Quadro 3, constante do livro do General Meira Mattos.



QUADRO 3

Em 1821, o território da então Grã-Colômbia abrangia áreas da Venezuela, da Colômbia e do Equador. Em que pese a extensão da fronteira comum, somente em 1826, com a vinda de um representante britânico ao Rio de Janeiro, tiveram início as negociações sobre as fronteiras. Contudo, posto desejar a Grã-Colômbia que, na fixação dos limites, fosse levado em conta o *uti possidetis* de direito, e o Brasil, o *uti possidetis* de fato. As negociações arrastaram-se até 1832, quando o desmembramento da Grã-Colômbia levou à suspensão das negociações.

No ano de 1852, Brasil e Venezuela negociaram um Tratado de Limites que em nada resultou, posto não haver sido ratificado pelo Congresso venezuelano. Somente em 1859 os dois países assinam novo Tratado, ratificado em 1860, pelos venezuelanos. A fronteira compreende um trecho entre a cabeceira do Rios Menachi e Negro, ainda objeto de litígio entre a Venezuela e a Colômbia.

Em 1853, Brasil e Colômbia negociam um tratado de limites, não ratificado pelo Congresso colombiano. Uma Missão Especial, enviada pelo Brasil à Colômbia, no ano de 1867, assinala que nosso País não aceita discutir os limites já acertados com o Peru (1851) e com a Venezuela (1859). É somente em 1907 que Brasil e Colômbia negociam um tratado de limites, no qual este país reconhece a validade da demarcação da fronteira com a Venezuela, no trecho Menachi-Ilha São José, e a linha demarcada em 1853 (Rio Tanaíra — nascentes do Rio Uaupés — divisor de águas entre os ramos superior e inferior do Rio Negro). Finalmente, em 1928, a Colômbia reconhece a linha Tabatinga-

Apapóris, já negociada com o Peru, como sendo a fronteira com o Brasil.

O Peru, até 1841, tentou fazer valer, em sua fronteira com o Brasil, o Tratado de Santo Ildefonso. Naquele ano foi negociado um tratado de limites baseado no *uti possidetis* de fato no ano de 1821, ano que marcou o surgimento da república naquele país. Tal tratado não foi ratificado pelo Brasil, dada a instabilidade política então existente no Peru. No ano de 1851 foi assinada, entre os dois países, uma convenção que tomava por base, no traçado da fronteira, conforme defendido pelo Brasil, o *uti possidetis* de fato. Em 1865, a comissão, já operando na área, ao realizar o reconhecimento do Rio Javari, sofreu violento ataque indígena e foi forçada a retirar-se. Em 1866, o Peru apresentou protesto contra a Guerra do Paraguai e, no ano seguinte, foram rompidas as relações diplomáticas entre os dois países. Em 1869, reatadas tais relações, o Peru protestou contra o tratado firmado com a Bolívia, em 1867, alegando direitos sobre as terras a este e ao sul do Rio Javari. Conflitos mais sérios ocorreram a partir de 1897 entre brasileiros e peruanos no curso superior do Rio Juruá e, depois, em 1902, na área dos Rios Amônia e Chandler, quando comissários peruanos procuraram dela apropriar-se, sendo expulsos pelos seringueiros. Quando retornaram, em 1904, encontraram o Acre ocupado militarmente pelo Brasil e foram, mais uma vez, repelidos. Finalmente, em 1909, é negociado um tratado de limites definitivo, e os territórios ocupados por brasileiros são então reconhecidos pelo Peru, como pertencentes ao Brasil.

O Quadro 4, organizado pela professora Therezinha de Castro e constante da obra já citada do General Meira Mattos, permite a



de suas terras pela seca e atraídos pelo sonho da riqueza representada pela exploração da borracha. Dessa forma, embora ocupada por brasileiros, a área pertencia, de direito, à Bolívia, fato reconhecido pelo Brasil. Os conflitos provocados pela truculência das autoridades bolivianas que chegavam à região, terminaram por levar à revolta os residentes brasileiros. A pedido da Bolívia, uma força naval brasileira restabeleceu a ordem mas, pacificada a área, o governo boliviano houve por bem arrendá-la a um consórcio anglo-norte-americano segundo condições que alienavam a própria soberania da Bolívia sobre ela. Nova insurreição, liderada por

***“Após 136 anos da Proclamação da Independência, estavam delimitadas as fronteiras na Região Norte. Porém, a característica da área é, ainda, o despovoamento...”***

Plácido de Castro, em 1902, apodera-se do território acreano e proclama sua independência. O Governo norte-americano torna público que não poderá ficar indiferente à violação dos direitos dos seus nacionais. A Bolívia envia expedição militar contra o Acre. Nesse quadro, o Brasil ocupa, militarmente, em princípios de 1903, toda a região. Em novembro do mesmo ano, pelo Tratado de Petrópolis, mediante uma indenização em dinheiro, concessões econômicas e compensações territoriais em vários pontos da fronteira com a Bolívia, o Acre torna-se brasileiro. Permaneceram algumas questões de menos importância, as quais, pelo Acordo de Roboré, foram solucionadas em 1958.

Destarte, após 136 anos da Proclamação da Independência estavam delimitadas as fronteiras na Região Norte. Porém, no que respeita à sua efetiva ocupação, a característica da área é, ainda, o despovoamento, agravado pela miséria e pelo abandono em que vivem seus habitantes.

## A AÇÃO INTERNACIONAL

A vastidão territorial e sua baixíssima taxa de ocupação sempre geraram, ao longo do tempo, desde os remotos dias de colônia, a cobiça internacional. A listagem que se segue, embora talvez incompleta, diz das ações externas, desenvolvidas após 1822, que buscaram alienar nossa soberania sobre áreas da Região Norte.

Quando da Guerra dos Cabanos (1835-1840), alegando a necessidade de dar proteção à região e aos seus habitantes, Estados Unidos, França e Inglaterra propuseram aos revoltosos que se separassem do Brasil. Ainda por essa época, conforme visto anteriormente, tanto a Inglaterra quanto a França buscaram alargar seus domínios na região de fronteira, sendo que esta última, em 1894, voltou à carga e tentou estabelecer, na região aurífera do Rio Calçoene, a República do Cunani.

A criação do Bolivian Syndicate para, com a anuência da Bolívia, ocupar a área do hoje Estado do Acre, foi outra tentativa de penetração estrangeira na Amazônia.

Outro exemplo foi a proposta japonesa, feita em meados do século XIX, de abrigar na Amazônia os excedentes populacionais do mundo.

Nos idos de 1948, a UNESCO planejou e propôs a criação de um Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Tal Instituto

teria tal soma de atribuições e direitos que, uma vez implantado, retiraria a região do concerto nacional, e implicaria, para o Brasil, em abdicar não só da sua integridade territorial como também da sua soberania.

Mais recentemente, nos anos 60, o Instituto Hudson elaborou o chamado Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico, abrangendo terras do Brasil e da Colômbia. Tal plano (que à época contou com a entusiástica adesão de certos brasileiros) provocaria a total submersão de cidades como Manaus, Santarém e Óbidos, para somente citar as maiores e mais importantes. Este lago, em última análise, interligaria as Bacias do Amazonas e do Orenoco, acentuando a atração do Caribe sobre a região.

A partir de 1970, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), organização religiosa de âmbito global e muito interessada no desenvolvimento de ações de todo tipo — inclusive de caráter subversivo — em países da África e da América Latina, passou a dedicar especial atenção à Amazônia, particularmente pelas áreas ocupadas pelos índios ianomâmi, defendendo, já naquela época, a criação de uma “nação Ianomâmi” que abrangeria terras do Brasil e da Venezuela. Hoje, vemos que tiveram êxito. O despalante do CMI é tamanho que, em documento oficial, afirmou que a Amazônia e seus habitantes (no caso, os índios) “...são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer”. E essa organização continua a atuar impunemente em nosso País, subsidiando entidades como o Instituto Superior de Estudos Religiosos (ISER) e suas coligadas, bem como dominando organizações ditas ecumênicas como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

Em 1989, François Mitterrand, presidente da França, levantou a estranha tese da “soberania relativa”, pela qual o Brasil passaria a admitir a ação de organismos internacionais na Amazônia. Nessa proposta foi seguido pelo então *czar* russo Mikhail Gorbachov, que afirmou: “— O Brasil deve delegar parte de seus direitos (sobre a Amazônia) aos organismos internacionais competentes.”

De lá para cá, face aos seguidos protestos que se ergueram em todo o território nacional, alguma coisa mudou. Porém, após a abjeta capitulação ante as pressões econômicas que redundaram na criação da Reserva Ianomâmi, já se fala no surgimento de “nações indígenas” dentro de um complexo de ações que buscam não só a desnacionalização do brasileiro que habita a Região Norte como também a preservação da cultura indígena na era neolítica, particularmente naquelas áreas ao norte da linha do Rio Solimões-Amazonas.

A ação internacional voltada para a Amazônia torna-se, quer venha de governos quer de ONGs, a cada dia, uma certeza e um motivo de alarme, pois devemos ter, sempre presentes, as notórias divergências entre países desenvolvidos e não desenvolvidos, abrangendo, entre outros, temas como ecologia, etnias indígenas e tráfico de drogas. Não podemos nem devemos esquecer que a Região Norte, pouco povoada e deficientemente assistida pelo Poder Central, precisa ser integrada ao todo nacional, de modo a que suas imensas e quase desconhecidas fronteiras fiquem firmemente consolidadas. Sem isso, o Brasil corre o risco de assistir a região ao norte da calha do Solimões-Amazonas ser atraída por economias regionais melhor implantadas na área. De resto, há a considerar que a região, desde muito, é

influenciada pela proximidade das rotas marítimas que demandam o Atlântico Norte, a saber: área do Caribe, costa leste dos Estados Unidos, Europa Ocidental e norte da África. Não é preciso recordar as lutas que ali tiveram lugar quando da Independência, e muito menos que, quando do Ciclo da Borracha, as famílias de posses mandavam suas roupas serem lavadas na Europa. Hoje, é mais barato uma passagem aérea Manaus—Miami que outra de Manaus ao Rio de Janeiro, sem esquecer que se paga, praticamente, o mesmo para voar de Manaus a Brasília ou a Washington.

Outrossim, não interessa às nações do Primeiro Mundo nem às grandes corporações que atuam a partir delas e com o apoio dos respectivos Governos, que a Região Norte, com suas inegáveis potencialidades, cresça e incorpore-se à área desenvolvida do Brasil. Se nas atuais condições somos a 10ª economia do mundo, conforme bem assinala a professora Therezinha de Castro, o que seremos quando a Amazônia for devidamente explorada? Desta insígne mestra são as seguintes observações: “Sem Balbina, tão combatida, Manaus estaria hoje no escuro, à mercê das lamparinas ou gastando petróleo, bem mais caro como energia”; “A hidrelétrica de Monte Belo (ex-Kararaô), foi combatida por vários organismos internacionais, porque iria deslocar 300 índios. No entanto, esses mesmos órgãos não se manifestaram quando Furnas, construída no sul, desalojou 30.000 pessoas e a Barragem de Assuan engoliu monumentos históricos do Egito e modificou o ecossistema em parte do Mediterrâneo”; “...a Amazônia é hoje, comprovadamente, grande reservatório mineral e concorrente em potencial de outras áreas do mundo, em exploração por *trusts* internacionais de

empresas de países do hemisfério norte. A entrada agora da Amazônia no mercado mundial desestabilizaria sobremodo esses *trusts* de grupos internacionais”. Em sua apaixonada defesa da Amazônia, a professora Therezinha de Castro traça um paralelo entre o que aconteceu na Península da Malásia e o que, na sua opinião, pretendem fazer entre nós, afirmando: “A Península da Malásia foi presa fácil na era do colonialismo. Presa fácil dos interesses internacionais e geoestrategicamente dividida em países e mais países... A desnacionalização, o mosaico étnico que caracteriza essa área asiática, facilitou e permite, ainda hoje, a ‘balcanização’... A ‘balcanização’ já começa a se delinear na nossa Amazônia, implantando-se lá os apartheims de reservas indígenas, que serão estados dentro da nossa Federação, facilmente manejados pela ação exterior. O objetivo de Rondon de converter para civilizar, transforma-se hoje no converter para manobrar... E se na Malásia o perigo da ‘balcanização’ se constituiu no mosaico étnico, na Amazônia o ponto de apoio se encontra no vazio demográfico. É justamente esse vácuo de desnacionalização que gera a cobiça da internacionalização. É neste pobre espaço demográfico, de população urbana que se concentra em pólos descontínuos, mas de solo extremamente rico, que se procura invocar a incapacidade de gerir para se internacionalizar.”

*“É mais barata uma passagem aérea Manaus—Miami que outra de Manaus ao Rio de Janeiro e se paga, praticamente, o mesmo para voar de Manaus a Brasília ou a Washington.”*

## A AÇÃO GOVERNAMENTAL

A Constituição de 1946 destinava, para a Amazônia, 3% da renda tributária da União, com vistas ao seu desenvolvimento. Entretanto, dada a ausência de planejamento para a aplicação dos recursos, pouco ou nada foi feito. Para preencher tal lacuna, em 1953 foi criada a SPEVEA — Superintendência do Plano de Valorização e Estruturação da Amazônia, logo atingida pelas acusações de empregar mal os recursos que lhe eram destinados. Foi somente com a construção da estrada Belém—Brasília, no governo Kubitschek (1955-1959), que o Brasil passou a ter um maior conhecimento das áreas atravessadas pela mesma. E, com o conhecimento, chegou o desenvolvimento. A década de 60 trouxe a criação do BASA — Banco da Amazônia S.A., a transformação da SPEVEA em SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e a criação da Zona Franca de Manaus, já no governo Castello Branco. Os governos militares são, a partir de 1970, os responsáveis, com a implementação dos sucessivos PND — Planos Nacionais de Desenvolvimento, pelo crescente conhecimento da Amazônia e seu desenvolvimento. Assim, no governo Médici (1970-1974), foi desenvolvido o PIN — Programa de Integração Nacional, no qual era estabelecida a estratégia federal para a integração da Amazônia. Dele, as marcas mais evidentes são as estradas Transamazônica, a Porto Velho—Rio Branco e a Cuiabá—Santarém, que levaram o progresso a regiões até então desabitadas. Assinale-se ainda o Projeto RADAM que permitiu um melhor conhecimento dos recursos naturais da área. O governo Geisel, com o 2º PND, deu continuidade à obra do seu antecessor. É

dele que surge o POLAMAZÔNIA — Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia e, em sua esteira, o Projeto Carajás, a Albrás, a Alcoa, a Alunorte, o Projeto Jari, as hidrelétricas de Tucuruí, Samuel e Balbina. Em termos diplomáticos, por abrir novas e importantes perspectivas para a região, foi importante a assinatura, em 1978, pelos países independentes da Amazônia, do Tratado de Cooperação Amazônica. Ao findar-se o governo Geisel e iniciar-se o governo Figueiredo, o País já começava a debater-se nas dificuldades econômicas que ainda hoje perduram. Não foi diferente com a Amazônia. Ali, assistiu-se ao término ou à mera continuação dos projetos em curso, sem o lançamento de novos empreendimentos, salvo alguns da iniciativa privada e da Companhia Vale do Rio Doce.

Se muito foi feito pela e para a Amazônia, particularmente de 1953 aos nossos dias, muito ainda resta para ser feito. É o que exige a permanente ameaça das tentativas de internacionalização, os perigos da desnacionalização e o vasto somatório de problemas advindos do tráfico de drogas, do contrabando, das incursões de guerrilheiros e do garimpo ilegal. O ponto focal do problema, além da baixa taxa demográfica, reside na própria vastidão e diversificação da área: existem várias amazônias, cada uma com suas características e peculiaridades, impedindo a adoção de uma única estratégia para a região.

## O PROJETO CALHA NORTE

O Projeto Calha Norte, iniciativa da então Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, está em curso desde

1985 e partiu, em linhas gerais, dos seguintes pressupostos:

- a integração da região ao restante do País viria, a um só tempo, impedir a desnacionalização que já se fazia sentir em certas áreas da fronteira e estimularia o desenvolvimento em ambos os lados da mesma;

- um planejamento abrangente, interessando a vários ministérios e voltado para o médio e o longo prazos, seria a solução mais racional para ser posta em prática em lugar de iniciativas isoladas e que, por tal motivo, em pouco ou nada redundavam;

- uma vez iniciada a ação governamental e surgidos os primeiros frutos, a ela logo viria juntar-se a iniciativa privada assegurando-se, desta forma, tanto o desenvolvimento quanto a segurança nacional na área considerada.

***“A quem interessa que perdue a situação de abandono e de miséria em tão largo trato do território nacional?”***

No quadro do Projeto Calha Norte, cabe ao Ministério das Relações Exteriores, através a instalação de postos diplomáticos na fronteira, incentivar o desenvolvimento das relações bilaterais e uma crescente cooperação regional no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica.

Aos ministérios militares incumbe o fortalecimento da presença militar na área e o apoio aos órgãos encarregados das ações de governo.

Tal Projeto, desde que foi tornado público quando do governo Sarney, provocou as mais absurdas acusações, sendo a principal delas

referente a uma “militarização da Amazônia”. Seus mais atuantes detratores eram o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e ONGs, notadamente estrangeiras, além de grupos políticos nacionais de tendência esquerdista. Como se fosse crime uma nação soberana afirmar sua soberania sobre um território que lhe pertence. A quem interessa que perdue a situação de abandono e de miséria em tão largo trato do território nacional? Aos contrabandistas? Aos narcotraficantes? Aos ecologistas? Aos indígenas? Aos que não deram importância ao episódio do Rio Traíra? Às empresas de mineração?

## CONCLUSÃO

Nenhuma nação tem o direito de sentir-se segura apenas porque outras, mais fortes e ricas, proclamam amarem a paz e serem cumpridoras das leis que regem a convivência internacional. Hoje, tanto quanto no passado, os interesses de cada nação, principalmente quando respaldados na força, são, tal qual na fábula sobre o lobo e o cordeiro, o que realmente conta.

Às nossas Forças Armadas cabe a missão de afirmar a presença do Brasil ao longo da nossa extensa e abandonada fronteira norte. Seus integrantes, oficiais e praças, imbuídos dos seus deveres e responsabilidades, embora ignorados por muitos e escarnecidos por tantos outros, sabem que, além do cumprimento da destinação constitucional, têm, ainda, o dever de apoiar a população da área

em suas necessidades primárias de educação e saúde, posto seus quartéis, historicamente, constituírem os embriões de futuras cidades e vilas.

O Brasil recusa-se a aceitar o papel de entreposto comercial nas relações entre os países do norte e do sul. Nossas Forças Armadas, quais novos bandeirantes, malgrado

as dificuldades econômicas que atravessamos, a dissolução moral das nossas elites e a cupidez internacional, haverão de cumprir o seu dever, lutando o bom combate se tal se fizer necessário, pois já o afirmava Maquiavel: "A guerra é justa quando necessária e piedosas são as armas quando nelas repousa a esperança." □

## BIBLIOGRAFIA

- ALMANAQUE ABRIL. Editora Abril, Rio de Janeiro, 1993.
- CASTRO, Therezinha de. *Amazônia — geopolítica do confronto e estratégia da integração*. A Defesa Nacional nº 755, janeiro/março de 1992.
- CUNHA, Murillo Alves da. *Geografia Geral e do Brasil*. Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1982.
- . *Manual Básico*. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1993.
- MATTOS, João Metello. *A reserva que condena um povo*. A Defesa Nacional nº 757, julho/setembro de 1992.
- MEIRA, Sílvio. *A Amazônia e o Projeto Calha Norte*. A Defesa Nacional nº 756, abril/junho de 1992.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro.
- MOREIRA, José Benedito de Barros. *Uma concepção estratégica brasileira para a Amazônia*. A Defesa Nacional nº 759, janeiro/março de 1993.
- OLIVEIRA, Ney Coe de. *Temas Amazônicos*. A Defesa Nacional nº 755, janeiro/março de 1992.
- MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Tradução de Brasil Bandecchi. Editora Moraes Ltda., São Paulo-SP, 1992.
- REZENDE, Ney R. *História das Fronteiras*. ECEME, Curso de Preparação, Rio de Janeiro, 1976.
- RUFIN, Jean-Christophe. *O Império e os Novos Bárbaros*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1991.
- SOUTO, Cláudio Heráclito; ALVES, Manoel da Penha; HERNANDEZ, Júlio César Barbosa; ASSIS, Paulo Roberto Correia; SILVA, Carlos Alberto Pinto. *Ameaças à Soberania Nacional na Amazônia. Hipótese de Guerra. Estratégias para a defesa da região*. A Defesa Nacional nº 752, abril/junho de 1991.
- VIDAL, Evandro Bartholomei. *Projeto Calha Norte — importância para a Amazônia e reflexos na Segurança Nacional*. A Defesa Nacional nº 757, julho/setembro de 1992.